

SONTAG/RICŒUR: METAFORICIDADE, PATOLOGIA E
DISPUTAS RETÓRICAS^{1 2}

*Sontag/Ricœur: Metaphoricity, Pathology And Rhetorical Disputes*³

Vinicius Oliveira Sanfelice⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo é comparar a defesa do discurso poético que Paul Ricœur faz em sua teoria da metáfora “viva” e a crítica de Susan Sontag ao uso de metáforas na descrição de patologias. Ao retirar a produtividade das metáforas do âmbito de análise do discurso poético e colocá-la no âmbito da disputa retórica pela doença, Sontag questiona tal produtividade sem negá-la. Enfatizar a manipulabilidade de metáforas aponta a raiz comum da produtividade que Ricœur e Sontag partilham ao escolher Aristóteles como ponto de partida, respectivamente, para a defesa e para a crítica de figuras poéticas e retóricas do discurso. Este artigo analisa como essas interpretações do poder e uso de metáforas estão relacionadas com um conflito entre ontologia e epistemologia encontrado na obra filosófica de Ricœur e na obra filosófica e literária de Sontag. O artigo também aborda um modelo de compreensão metafórica que aponta o uso nocivo de metáforas como causa de situações de injustiça hermenêutica.

Palavras-chave: Metáfora. Retórica. Poética. Ricœur. Sontag.

ABSTRACT

The purpose of this article is to compare Paul Ricœur’s defense of poetic discourse in his theory of the “living” metaphor and Susan Sontag’s criticism of the use of metaphors in the description of pathologies. By removing the productivity of metaphors from the scope of analysis of poetic discourse and placing it in the rhetorical dispute scope for the disease, Sontag questions such productivity without denying it. Emphasizing the manipulability of metaphors points to the common root of productivity that Ricœur and

¹ <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2023.251032>

² Alerta: entre os textos abordados por este artigo um tem como foco a violência sexual contra mulheres, tema que pode ser psicologicamente prejudicial ao leitor. Não analisarei nenhum caso de violência sexual, mas de que forma, segundo Fraser (2018), o uso de metáforas pode ter como efeito a injustiça – fomentada ou produzida por esse uso da linguagem. Um exemplo é o uso do termo “estupro” como metáfora.

³ Agradeço ao avaliador anônimo os comentários precisos, necessários, e as muitas correções que definitivamente enriqueceram a versão final deste artigo.

⁴ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: vi.fast@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1623-1121>. Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Sontag both share when they take Aristotle as the starting point for the defense and the criticism of poetic and rhetorical figures in discourse, respectively. This article analyzes how these interpretations of power and use of metaphors relate to a conflict between ontology and epistemology found in Ricœur's philosophical work and Sontag's philosophical and literary work. The article also addresses a model of metaphorical understanding that points to the harmful use of metaphors as a cause of situations of hermeneutic injustice.

Key-words: Metaphor. Rhetoric. Poetics. Ricœur. Sontag.

1. Introdução

Uma teoria da metáfora não necessita ser complexa ou trazer uma noção forte de “verdade metafórica” para reconhecer a relevância da produtividade da linguagem exemplificada pela metáfora. Mas ao reconhecer tal produtividade devemos estar conscientes que manipulamos tanto como somos manipulados por meio dela. Metáforas nem sempre são “vivas” da forma que o uso poético da linguagem nos faz crer. Assumindo isso, podemos pensar em avaliações e manipulações na esfera discursiva do agir de forma crítica. Isto é, manipular metáforas é parte de nossa “cultura verbal” e envolve a decisão de participar dessa cultura ou deixá-la, por assim dizer, nas mãos dos outros.

A teoria da metáfora de Paul Ricœur não direciona a análise da produtividade da linguagem para a esfera prática da metaforicidade. Se nos detemos na sua comparação entre o discurso poético e o discurso científico realizada em *La métaphore vive* (1975a), encontramos uma crítica da manipulabilidade da linguagem. O poder das metáforas é considerado ali a partir do paradigma da poesia. Ricœur afirma, num artigo da mesma época, que uma das funções do discurso poético é a de preservar o discurso científico do manipulável. Ele relaciona tal função à concepção de linguagem como “manifestação”, de algo que jamais está à nossa disposição.⁵ A sua defesa do discurso poético reforça a ideia de que a crítica, atrelada ao pertencimento à

⁵ Cf.: “[...] a poesia preserva a ciência, impedindo-a de produzir este fanatismo do verificável que, entregue a si próprio, se propaga em fanatismo do manipulável. A poesia preserva, para a própria ciência, uma ideia da verdade segundo a qual o que se manifesta não está à nossa disposição, não é manipulável, mas permanece uma surpresa, um dom. Então a linguagem pode ser celebração do mundo – reconhecimento e hino” (1975c, p. 177).

tradição (na dialética entre experiência de “pertencimento” e de “distanciamento”), é estranha, à primeira vista, à manipulabilidade. Porém, uma ênfase pragmática na abordagem do uso de metáforas nos ajuda a pensar na produtividade da linguagem sem esse reforço.

Quando os que “bem metaforizam” (por perceber as semelhanças, segundo Aristóteles) se recusam a tomar parte nas disputas retóricas de uma cultura verbal, a crítica aos prejuízos da manipulação de metáforas torna-se difícil. É o que mostra Susan Sontag (1978, 1989), partindo da definição aristotélica de metáfora como transferência (1457b, 2004, p. 83).⁶ Essa concepção mínima de metáfora que Sontag utiliza pode ser suficiente para a tentativa de desarmar usos inadequados das metáforas ou pelo menos para mostrar o prejuízo – para os fins críticos da hermenêutica – de abdicar da manipulabilidade.

Essa concepção, encontrada na *Poética*, inclui o que Aristóteles afirmava na *Retórica*, no contexto da prova e da persuasão, sobre o poder da metáfora de “pôr sob os olhos” (1405b, 2005, p. 248). A noção de interpretação de Sontag pode ser tomada como “anti-hermenêutica”, se remetemos ao seu ensaio sobre a interpretação (“Contra a interpretação”). Isso não impede, porém, de pensarmos, como proporei, na capacidade das teorias da metáfora de adaptar-se, tal como a de Aristóteles, a simplificações e complexidades.

2. Contra e a favor das Metáforas

2.1 “Em nome da doença (usando-a como metáfora)”

Susan Sontag reconhece na descrição de patologias humanas o lugar do literal e do dever de expurgar o pensamento metafórico.⁷ Trata-se de uma

⁶ Começo de *Aids and its metaphors*: “Dizer que uma coisa é ou parece outra que não ela mesma é uma operação mental tão antiga quanto a filosofia e a poesia, e é a origem da maioria dos tipos de saber – inclusive o científico – e de expressividade. [...] Sem dúvida, é impossível pensar sem metáforas. Mas isso não impede que haja algumas metáforas que seria bom evitar, ou tentar retirar de circulação. Do mesmo modo, não há dúvida de que pensar é sempre interpretar. O que não impede que às vezes devamos ser ‘contra’ a interpretação” (1989, p. 5). Cito a paginação dos originais, a tradução para o português, de Paulo Henriques Britto e Rubens Figueiredo, é a da edição dos ensaios pela Companhia das letras (2007).

⁷ Será o termo “expurgar” adequado? Eis o começo de *Illness as Metaphor*: “Minha tese é que a doença não é uma metáfora e que a maneira mais fidedigna de encarar a doença – e a

tentativa de desmitificar o conceito de doença por meio da crítica do uso de metáforas. Sontag critica o procedimento de tornar a doença uma metáfora, é o que ela entende ser o uso nocivo de metáforas: “A doença em si torna-se uma metáfora. Em seguida, em nome da doença (ou seja, usando-a como metáfora), esse horror é imposto a outras coisas” (1978, p. 58).

Ela recapitula o processo metafórico que tornaria antinatural a doença, como se ela não fosse a contraparte da saúde. O processo de tornar a doença uma metáfora é reconhecido por suas consequências, por exemplo, a recorrência da metáfora do câncer no âmbito político.⁸

Em *Aids and its metaphors* (1989), Sontag retoma o objetivo de desmistificar e esvaziar o significado metafórico da doença. Segundo ela, trata-se de um esforço pragmático que envolve lutar contra o poder das metáforas em seu aspecto de violência. Esta é a avaliação no ensaio sobre Aids, dez anos depois de escrever o ensaio sobre câncer.

O objetivo de meu livro era tranquilizar a imaginação, e não incitá-la. Em vez de conferir significado, que é o objetivo tradicional do empreendimento literário, esvaziar o significado de algo: aplicar a estratégia quixotesca, altamente polêmica, de ser “contra a interpretação”, dessa vez ao mundo real. Ao corpo. Meu objetivo era, acima de tudo, de caráter prático. Pois eu constataria muitas e muitas vezes o triste fato de que as roupagens metafóricas que deformam a experiência do paciente de câncer têm consequências bem reais: elas o inibem, impedindo-o de procurar tratamento bem cedo e de se esforçar mais no sentido de receber um tratamento competente. Eu estava convencida de que as metáforas e os mitos podiam matar (1989, p. 14).

maneira mais saudável de estar doente – é aquela mais expurgada do pensamento metafórico e mais resistente a ele. Porém é quase impossível fixar residência no reino dos doentes sem ter sido previamente influenciado pelas metáforas lúgubres com que esse reino foi pintado. Dedico esta investigação a uma elucidação de tais metáforas e à libertação do seu jugo” (1978, pp. 3-4).

⁸ Cf.: “Enquanto essa enfermidade em particular for tratada como um predador invencível e maligno, e não só como uma doença, a maioria das pessoas com câncer se sentirá de fato desmoralizada ao saber que doença tem. A solução não pode estar em deixar de contar a verdade para os pacientes de câncer, mas sim retificar o conceito da doença, desmitificá-la” (1978, p. 7). Cf. também sobre o abuso político dessa metáfora: “Apresentar um fenômeno como se fosse um câncer representa uma incitação à violência. O uso do câncer no discurso político estimula o fatalismo e justifica ‘medidas’ severas’ – bem como reforça com veemência a noção de que a doença é necessariamente fatal. Embora as metáforas de doença jamais sejam inocentes, seria possível afirmar que a metáfora do câncer é um caso pior: implicitamente genocida. Nenhum ponto de vista político específico tem o monopólio dessa metáfora” (1978, p. 84).

Illness as Metaphor, portanto, afirmava a separação entre o uso de metáforas e a descrição de doenças e apontava o caráter nocivo de ver a doença sob a ótica da metáfora, o caráter doentio, se podemos dizer, do próprio pensamento metafórico.

Estamos, e os doentes sempre estiveram, sob o jugo do metafórico. Mas Sontag diz algo que está longe de ser trivial: a linguagem pode ser retificada, a doença combatida. Ela reafirma que a doença faz parte da natureza tal como a saúde: o câncer como destino da célula, não importa se desenvolvermos a doença.⁹ Mas o que segue disso, o “câncer” da política, é território da retórica. Há quem advogue abstenção da retórica negando a sua função na cultura verbal. Apontar a manipulação das metáforas, o argumento de Sontag não é assumir essa exclusão, é apontar a responsabilidade no uso de metáforas.

As doenças tomadas por metáforas, segundo essa crítica, são a outra face de um poder retórico e figurativo que não cansamos de elogiar e de promover, mas a crítica existe para fazer o percurso inverso.¹⁰ Sontag denomina “disputa pela propriedade retórica da doença” a luta para contestar tais manipulações realizadas por meio de metáforas. Tal luta só pode ser travada se partimos da pressuposição que somos responsáveis ao usar metáforas: “[...] para afastar as metáforas não basta abster-se delas. É necessário desmascará-las, criticá-las, atacá-las, desgastá-las” (1989, p. 94). Segundo ela, é libertador dissociar a doença das metáforas que produzem sentimentos de culpa e vergonha. Não devemos confundir os exemplos de Sontag de uso prejudicial de metáforas com exemplos recolhidos no âmbito poético, ou

⁹ Advertência que remetemos ao autor de *Le normal et le pathologique*, Georges Canguilhem, segundo a descrição de Olivier Abel em “La différence entre le normal et le pathologique comme source de respect”, conferência compartilhada com Paul Ricœur. Cf.: “Canguilhem no fundo não diz outra coisa. A normatividade biológica se deve ao fato de que a vida, longe de se submeter ao meio ambiente, o institui. A saúde é caracterizada pela capacidade de criar normas. O patológico pode ser dito ‘normal, na medida em que expressa uma relação com a normatividade da vida’. Podemos assim dizer que tudo é patológico, no sentido em que Freud mostrava que para compreender o normal é preciso buscar o inusitado e no sentido que Nietzsche mostrava que o patológico faz ver o normal. Podemos dizer também que tudo é normal, no sentido que é a norma que faz ver o irregular, o singular; é aqui que o sentido da norma de permitir que a reclamação/queixa seja formulada. O singular não existe em desvio absoluto, mas em relação à regularidade” (2000, p. s.p.).

¹⁰ O vírus da aids recebeu uma interpretação metafórica e moralista no pior sentido que a palavra pode ter. O exemplo de Sontag são declarações de “[...] dois destacados religiosos brasileiros, o cardeal-arcebispo de Brasília, d. José Falcão, para quem a aids é consequência da decadência moral, e o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales, que vê na aids ao mesmo tempo um “castigo de Deus” e “a vingança da natureza” (1989, p. 61).

com o elogio que Ricœur faz a tal discurso em sua teoria da metáfora. Para ele, ir contra a manipulabilidade da linguagem em benefício do discurso poético atestaria que o “dizer” não se reduz ao uso das palavras para descrever ou comunicar.

2.2 A metáfora como utopia da linguagem: discurso poético

A teoria da metáfora de Paul Ricœur inclui uma defesa da produtividade da linguagem de um ponto de vista hermenêutico. Na sua leitura de Aristóteles tal defesa identifica-se com a de uma noção de *mimesis* diversa à reprodução ou cópia do real. Ricœur encontra na definição aristotélica de metáfora uma ênfase na relação entre visibilidade e legibilidade que coloca a *mimesis* no âmbito do “fazer”. Essa interpretação da operação de “pôr sob os olhos”, inclusa na noção de Aristóteles, é fundamental para a sua hermenêutica. Ele afirma:

No próprio Aristóteles, um elo mais secreto se estabelece entre o poder da metáfora de pôr sob os olhos e o projeto de persuasão que anima a retórica, a saber, o poder da metáfora de “significar as coisas em ato” (III, 11, 1411 b 24-25). Ora, quando o discurso é mais apto a significar as coisas em ato? A resposta está na *Poética*, ciência da produção: é quando o *muthos*, a fábula, a intriga, consegue produzir uma *mimēsis*, uma imitação, uma representação dos “personagens como atuantes e em ato” (*Poética*, 1448 a 24). Uma ponte é assim lançada entre a visibilidade no discurso e a energia nas coisas humanas, entre a metáfora viva e a existência viva (2007, p. 277).

O reconhecimento da “vivacidade” das metáforas independe da sua defesa do discurso poético. No entanto, é ali que o poder das metáforas é mostrado em sua plenitude.

Ricœur aborda a produtividade linguística a partir de uma noção de “verdade metafórica” relacionada ao poder de redescrição do discurso poético. Tal noção maximiza os efeitos da metáfora, logo, da linguagem e do discurso, no real. Trata-se de questionar o real a partir do elemento ficcional que envolve a metáfora no discurso poético. Ricœur refere-se a uma distinção entre um suposto abuso (crença nesse elemento) e um suposto uso válido (exigência de instância crítica no uso de metáforas). Essa instância

crítica, porém, não deve impedir a função heurística do enunciado metafórico de pôr em questão o real por meio da linguagem. Ou seja, não deve limitar a sua produtividade.¹¹

A abordagem da “vigilância crítica”, que distingue um suposto abuso no uso de metáfora, é de C. M. Turbayne. Ricœur a compara com uma abordagem que ele julga ingênua no que concerne à ontologia (ignoraria o “não é” literal do enunciado metafórico). Ela é exemplificada pela “meta-poética” de Philip Wheelwright. Ricœur considera essas abordagens inadequadas. Porém, ele é mais enfático na crítica à primeira. Afirma que o foco de tal abordagem estaria mais no modelo científico do que na metáfora e que o controle que existiria nos modelos não existe na experiência poética.¹²

Ricœur afirma que a crítica às duas abordagens pode até não provar sua tese do caráter tensional da “verdade metafórica”, mas mostraria que no emprego do verbo ser reconhece-se o “paradoxo incontornável” ligado a tal noção de verdade: “[...] que não há outro modo de fazer justiça à noção de verdade metafórica senão incluindo o aguilhão crítico do ‘não é’ (literalmente) na veemência ontológica do ‘é’ (metaforicamente)” (2000, p. 388). Enfatizar só o “não é” literal faria com que a linguagem perdesse seu poder sobre

¹¹ Em relação às concepções de linguagem que compõem a tradição hermenêutica, a sua pode ser explicitada pela tese, encontrada na obra de Wilhelm von Humboldt, de que a linguagem e o discurso “modelam o mundo”. Dito de outro modo, linguagem e discurso mediam entre “homem” e “mundo” – von Humboldt revela a base da concepção de produtividade da linguagem desenvolvida na sua teoria da metáfora. Cf.: “[...] a linguagem em seu conjunto e enquanto tal como mediação entre o homem e o mundo, entre o homem e o homem, entre si e si mesmo. A linguagem surge então como o que eleva a experiência do mundo à articulação do discurso, como o que funda a comunicação e produz o homem enquanto sujeito falante. Ao assumir implicitamente esses postulados, a semântica retoma por sua conta uma tese de ‘filosofia da linguagem’, herdada de von Humboldt. Mas o que é a filosofia da linguagem, senão a própria filosofia enquanto esta pensa a relação do ser com o ser-dito? [Sua nota 97, aqui, é relevante...] dizer que a linguagem dá forma simultaneamente ao mundo, à troca inter-humana e ao próprio homem não é atribuir à estrutura lexical ou gramatical da língua esse poder formativo, é dizer que o homem e o mundo são modelados pelo conjunto das *coisas ditas* em uma língua, pela poesia, mas também pela linguagem comum e pela ciência” (2000, p. 466 [tradução alterada]).

¹² Ricœur questiona: “Existe alguma coisa como uma fé metafórica depois da demitização? Uma segunda ingenuidade depois do iconoclasmo? A questão demanda uma resposta diferente em epistemologia e em poesia. Um uso lúcido, controlado e concertado dos modelos talvez seja concebível, ainda que pareça difícil manter-se na abstinência ontológica do ‘como se’, sem acreditar no valor descritivo e representativo do modelo. A experiência de criação em poesia parece escapar à lucidez exigida por toda filosofia do ‘como se’. [...] Podemos criar metáforas sem nelas acreditar e sem acreditar que, de certo modo, isso é? É a própria relação, portanto, e não somente seus extremos, que está em causa: entre o ‘como se’ da própria hipótese consciente e os fatos ‘como nos parecem’, é ainda o conceito de verdade-adequação que reina. Ele é somente modalizado pelo ‘como se’, sem ser alterado em sua definição fundamental” (2000, pp. 386-387).

o real. Ricœur defende assim a incursão do discurso poético no nível pré-científico e a sua função de preservar o discurso científico do manipulável. Porém, a recusa de qualquer manipulável faz o poder da metáfora escapar ao nosso controle, isto é, escapam as criações que nos fazem perceber a realidade como hipótese. Nesse sentido, as noções de verdade e de realidade não seriam só “colocadas em questão”, quando epistemologia e poesia se separaram a aproximação da função heurística da metáfora à função dos modelos parece ser interdita.

Ricœur está tratando do âmbito do discurso poético – há sentido na exigência de vigilância crítica para esse discurso? A produtividade é a de uma só linguagem e a questão diz respeito ao que podemos analisar para além dos seus usos específicos. Se as estratégias dos discursos poético e científico diferem-se (preservar/aumentar a polissemia da linguagem ou eliminá-la para alcançar univocidade), para a hermenêutica ambos têm um núcleo analisável que poderíamos explicar e compreender pela linguagem. Dessa perspectiva, o modo como Ricœur assume o “conflito das interpretações” e entende a função da linguagem de articular uma experiência de mundo pode ser pensado a partir da situação conflitual da qual a linguagem e os discursos fazem parte.

Se consideramos a produtividade da linguagem ligada à da imaginação, tal como Ricœur pensou, um horizonte crítico da sua teoria da metáfora poderia ser desenvolvido. No artigo “L’imagination dans le discours et dans l’action” (1989 [1976]), Ricoeur objetiva desenvolver uma teoria geral da imaginação partindo da busca pelo enraizamento da inovação semântica, da possibilidade de a imaginação verbal ir além do discurso. Ricœur propõe ir do âmbito teórico ao âmbito prático da imaginação a partir das possibilidades abertas pela imaginação produtora. Trata-se também de uma pragmática da ficção que toma a imaginação como função do possível prático. Ele afirma:

A linguagem limita-se, aqui [esfera do desejo e da motivação], a transpor e a articular, no modo condicional, a espécie de neutralização, de transposição hipotética, que é a condição de figurabilidade para que o desejo entre na esfera comum de motivação. Aqui, a linguagem é segun-

da em relação ao desenvolvimento imaginário dos motivos naquilo que, metaforicamente, foi designado como clareira luminosa (1989, p. 224).

Consta aqui o início da sua proposta de abordar o imaginário a partir da narrativa de ficção, esquema que ele vê na ligação entre *muthos* et *mimèsis* tematizada já em Aristóteles. A partir da elevação do “ato narrativo” à esfera prática, Ricœur vai afirmar a função projetiva da imaginação como ligada ao agir.

Nosso ponto é analisar a ligação entre a produtividade da linguagem e a da imaginação abordada por Sontag e Ricœur, respectivamente contra e a favor do poder das metáforas, porém, ambos a favor da faculdade de imaginar que esse poder demanda.

3. Sontag/Fraser: Fantasias da Injustiça

Rachel Fraser, em “Illness as fantasy” (2020), considera que ao retirar o peso simbólico das metáforas no âmbito das patologias, Sontag acaba por levar a uma possível negação do recurso à fantasia que participa das metáforas. Para ela, Sontag simplifica o poder das metáforas ao não distinguir entre falar da doença como metáfora (“câncer é uma invasão”) e usar a doença para metaforizar falando de outra coisa (“Stalinismo é um câncer”). Sontag considera os dois como uso prejudicial. Fraser afirma que o segundo procedimento é que obscurece a doença ao propor esclarecer outra coisa, no exemplo, o stalinismo. Ela afirma: “‘Câncer é uma invasão’ é algo totalmente diferente, algo muito mais provável de ser usado por alguém que busca dar sentido à sua própria doença” (2020, s.p.). Como ela afirma na sequência, a proposta de Sontag tem o mérito de pressupor que devemos ver a doença como ela é, mas haveria o risco de introduzir certo “positivismo” ao pressupor também uma “linguagem fria e impessoal do laboratório e da clínica” para falar da doença. Os doentes usam o poder das metáforas para falar das suas experiências (ela dá exemplos de escritores que fizeram isso e que também criticaram Sontag).

Lida a partir das ressalvas de Fraser, a proposta de Sontag mantém a eficácia de alertar para abusos cometidos por meio da metáfora. Porém, Fra-

ser afirma a necessidade de melhor fundamentação na suspeita dirigida às metáforas – isso envolve ler Sontag com atenção para notar que ela desconfiava das fantasias que a metáfora impulsiona:

Nossa linguagem da doença deveria, ela pensa, atuar como uma proteção contra a fantasia em vez de induzi-la. As metáforas falham nesse teste. Seu conteúdo é plástico, aberto [*open-ended*] e difícil de definir. ... Metáforas reconfiguram nosso pensamento de maneiras sutis e indetectáveis. [...] A metáfora pode muito bem ser usada como uma ferramenta para reconstruir o corpo vivido, mas quando é usada, essa reconstrução corre o risco de ser construída sobre uma base fantástica (2020, s.p.).

Segundo Fraser, é também uma suspeita contra interpretar a doença, embora isso poderia impedir de compreender o que ela representa. Fraser traz uma questão crucial, a de saber se há uma alternativa ao recurso às fantasias para o desejo do doente de sobreviver.

Fraser narra a própria experiência de hipocondria. Interpretar o que a doença representa, afirma, foi essencial para entender o que significava sua fixação, que ela não estava doente de câncer apesar de imaginar tumores crescendo. A pandemia da COVID-19 reativou essa fixação, afirma Fraser. Segundo ela, ao ser tomada como metáfora – “inimigo numa guerra” – a COVID-19 recebe o mesmo tipo de abordagem denunciada por Sontag em seus ensaios dos anos 70/80. No entanto, o imaginário trazido agora seria diferente do uso político da metáfora do câncer: cada espectro político – esquerda, direita, liberais, conservadores, etc., leem a COVID-19 como uma versão apocalíptica de suas crenças.¹³

Fraser crê que a fantasia é uma tarefa árdua que vale a pena ser enfrentada, o que Sontag teria feito no fim da vida, em sua última luta: “*I will survive this cancer too*”. A exigência de melhor fundamentação é insuficiente para Fraser estabelecer o seu ponto diante das críticas de Sontag – que, afinal, não renega a fantasia. A necessidade de crença na fantasia excede a

¹³ “Uma crise, como um apocalipse, é muitas vezes interpretada como um evento aléico: ela torna manifestas as verdades ocultas do que veio antes: para a esquerda, as contradições e hipocrisias do capitalismo; para o centro, a importância da solidariedade de grupo não esmialhada por políticas de identidade. [...] Em suas formas mais belicosas, a fantasia diz que a crise deve e precisa persuadir os outros de que estamos certos também. O apocalipse, ao que parece, tem um lado positivo: significa não ter mais que discutir” (2020, s.p.).

discussão colocada por Fraser no ensaio, ela inclui uma expectativa sobre os usos da linguagem.

Em “The Ethics of Metaphor” (2018), sem ter como objeto os ensaios de Sontag, Fraser ofereceu um modelo para pensar o uso das metáforas na crítica política, ou melhor, como alvo da crítica política.

Fraser propõe o seu modelo de compreensão metafórica (“*structure-mapping model*”) reunindo a abordagem da metáfora da linguística cognitiva e a teoria da injustiça hermenêutica de Miranda Fricker. Fraser critica certas metáforas e propõe “[...] esboçar um modelo no qual as críticas feministas às metáforas do estupro rastreiam uma propriedade normativa: a tendência de produzir ou sustentar condições de injustiça hermenêutica” (2018, pp. 729-730). Trata-se de usos da linguagem figurativa que fomentariam situações estruturais de injustiça como as descritas por Fricker em *Epistemic injustice* (2007).¹⁴ Meu foco não é a epistemologia da virtude proposta nesse livro, mas a relação entre metaforicidade e injustiça hermenêutica tratada por Fraser segundo o modelo de compreensão metafórica. Ela afirma que metáforas de estupro modificam nossa concepção de estupro, sobretudo, elas falham em refletir os interesses das mulheres vítimas de violência sexual (2018, p. 738).

O modelo proposto por Fraser ajuda a explicar como as metáforas podem impactar na compreensão de uma injustiça, já que na compreensão metafórica

certas informações são enfatizadas e outras são rebaixadas. Essa seletividade direciona a compreensão de inferências e desvia-nos de outras – apresenta algumas como mais fundamentais. Segundo Fraser, da concepção de metáfora conceitual resulta um modelo “híbrido” de leitura dos termos de

¹⁴ Miranda Fricker narra uma história real, e instrutiva, que Fraser repete no artigo. Trata-se do depoimento de uma mulher vítima de assédio sexual no trabalho. Ela não teria consciência da situação até o momento em que alcançou esclarecimento sobre o que sofreu, isto é, saindo da situação de desconhecimento – até mesmo do nome – da injustiça que sofreu. A injustiça hermenêutica, segundo Fricker, é um caso de injustiça epistêmica. É uma “[...] desvantagem cognitiva aguda derivada de um vazio nos recursos hermenêuticos coletivos” (2007, p. 151). Fricker trata de uma “marginalização hermenêutica” que afasta a vítima de uma interpretação adequada sobre o que ela sofre – a injustiça hermenêutica é “[...] a injustiça de ter alguma área significativa de sua experiência social obscurecida à compreensão coletiva devido a um preconceito identitário estrutural nos recursos hermenêuticos coletivos [ou: marginalização hermenêutica]” (2007, p. 155 e p. 158).

origem e de destino que permite misturá-los e, dessa forma, reconfigurar as informações preliminares do enunciado metafórico.¹⁵

A semelhança entre o domínio de origem e de destino exerce função relevante na compreensão das metáforas. Este é outro exemplo: “peões” e “soldados” tem relações mais estreitas que “peões” e “senadores”, de modo que seria mais fácil compreender metáforas a respeito de subordinação a partir dos dois primeiros termos: as informações associadas “[...] aos senadores não codifica essa propriedade relacional [a subordinação] como saliente” (2018, p. 740).¹⁶

O modelo proposto por Fraser relaciona-se com a crítica política às metáforas da seguinte forma: o processo metafórico de compreensão reestrutura a relevância de informações no domínio de origem, ele enfatiza propriedades e rebaixa outras, reestruturando nossa caracterização do que é metaforizado ao selecionar as inferências que serão tornadas cognitivamente mais acessíveis (2018, p. 743).

O ponto de Fraser é a metáfora do estupro, ela denuncia o uso repetido da metáfora do estupro em determinados contextos – exemplo: “A Alemanha está estuprando o Brasil” para referir-se ao jogo de futebol em que a primeira foi vitoriosa e a segunda saiu de campo derrotada. Pela repetição dessas metáforas ocorreria a transformação das conotações estruturadas pela metáfora em um novo padrão associado ao estupro: derrota, humilhação, etc. Segundo Fraser, esse processo metafórico impacta na injustiça hermenêutica: ele pode manter ou piorar tal injustiça ao impedir que melhores inferências apareçam e ao privilegiar as piores. Ela afirma que isso pode

¹⁵ Um exemplo de Fraser: “Considere ‘O mundo todo é um palco’. Esta metáfora nos convida a entender, ou considerar, o domínio destino (‘mundo’) à luz do domínio origem (‘palco’). [...] Esses processos de comparação, tornando os recursos compartilhados mais salientes, podem reconfigurar os feixes de informações associados aos domínios destino e origem” (2018, p. 739). Cf.: “A estrutura de informações para ‘lobo’ codificará ‘predatório’ como mais saliente que ‘altamente social’ e ‘têm dentes’ como mais saliente que ‘têm cauda’. Essas classificações estruturam as redes inferenciais embutidas e as propriedades que são codificadas” (2018, p. 740).

¹⁶ No modelo de mapeamento de estrutura de Fraser, os termos de origem e de destino são comparados e “uma estrutura comum é extraída”; mas também os predicados que estão “[...] conectados à estrutura comum na base, mas não presentes inicialmente no destino, são projetados como inferências candidatas no destino” (Wolff e Gentner apud Fraser, 2018, p. 741). Ela afirma também: “Podemos ter uma ideia contrastando as duas metáforas a seguir: 6. ‘O sol é uma tangerina’. 7. ‘O sol é nossa mãe’. Embora haja muitas semelhanças entre o sol e as tangerinas ... a segunda metáfora é muito mais facilmente compreensível, potente e extensível ... ambos são causalmente responsáveis pelos seres vivos e sustentam as vidas de outros seres vivos por sua atividade” (2018, p. 740).

conduzir à injustiça hermenêutica. Esse processo preservaria as piores inferências e bloquearia aquelas necessárias para fomentar justiça hermenêutica (2018, pp. 744-745). Seguindo o seu exemplo sobre o jogo entre Alemanha e Brasil, “estupro” é o domínio de origem e “ganhando um jogo de futebol” o seu domínio de destino – o problema está na consequência de banalizar o estupro. Fraser afirma que o seu modelo de mapeamento permite entender como essa banalização ocorre. A Alemanha é representada como superior ao Brasil em termos de força e destreza, como vencedora de uma competição. Nesse processo, o domínio de origem (“estupro”) é alterado quando a estrutura comum de superioridade é extraída dessa compreensão. Segundo Fraser, é um passo para entender o enunciado “Ella foi estuprada” como “Ella foi humilhada”, “Ella deveria ter resistido mais”: “[...] tendemos a pensar na perda de uma competição como algo pelo qual a parte derrotada é pelo menos parcialmente responsável, [evitável] se fossem mais prudentes ou habilidosos” (2018, p. 746). Torna-se mais difícil entender o enunciado “Ella foi estuprada” como “Uma grave injustiça foi feita a Ella”, esse passo é dificultado ou até suprimido.

Esse duplo movimento em prejuízo da compreensão de uma injustiça fomenta a injustiça hermenêutica, é o resultado da banalização do estupro por meio de um uso de metáforas, obscurecendo, segundo Fraser, a sua gravidade moral.

Fraser reúne um modelo de metáfora e um modo de legibilidade da injustiça a partir, respectivamente, da abordagem cognitiva da metáfora e da teoria da injustiça de Miranda Fricker. O objetivo, ela afirma na sua conclusão, “[...] é compreender melhor os mecanismos que produzem a injustiça hermenêutica” (2018, p. 753). Fraser, como Sontag, busca “[...] compreender e desmascarar ideologias perniciosas” assumindo riscos inerentes, como o de aumentar a sua influência (2018, p. 754). Elas compartilham o objeto de análise, o processo metafórico, e compartilham o objetivo de praticar uma filosofia socialmente engajada. Ambas consideram suas análises procedimentos de alerta sobre o poder das metáforas e denúncia sobre abusos que podem ocorrer a partir desse poder.

A diferença entre Sontag e Fraser, que entendemos convidar ao complemento, é que a primeira parte de uma noção mínima e clássica de metáfo-

ra para lançar seu alerta sobre um campo de metáforas criticáveis politicamente. O modelo de Fraser é contundente, geral e menos baseado na exemplificação histórica, mas a mensagem de que a linguagem pode e deve ser trabalhada é mais legível na crítica de Sontag. Fraser oferece, assim como a noção de metáfora “viva” de Ricœur, apenas o lado da teoria.

Sontag compara os usos práticos e os usos literários das metáforas ao traçar o processo de mitologização da doença (como metáfora), o romantismo dos que sofriam de tuberculose, a experiência literária da doença. Essa atenção ao poder das metáforas onde ele é aceito e desejado, no discurso poético, e o alerta onde ele é aceito, mas não desejado, difere a teoria de Sontag da teoria de Ricœur. Ela é útil para analisarmos interpretações do poder das metáforas a partir da relação entre ontologia e epistemologia em mais de um domínio.

4. Ontologia e Epistemologia: Contra e a favor da Metáfora

“*Je rêve donc je suis*” – afirma Hippolyte, o personagem de Susan Sontag em *O Benfeitor* (1963). Mais que uma paráfrase de Descartes, trata-se de elevar o sonho a um *status* existencial singular. Ninguém duvida da existência dos sonhos, ninguém acredita que eles são reais – exceto Hippolyte. Porém, é uma crença compreensível na ficção. A obra de ficção seria o modo adequado de expor a crença ontológica no sonho. O escritor pode ser envolvido nessa crença ao expressá-la pelo personagem.¹⁷

¹⁷ É o que sugere Moser na introdução da biografia que escreveu sobre Sontag. A relação entre ontologia e epistemologia na sua literatura e nos textos sobre a metáfora revelaria uma crença nos seus sonhos a ponto de renunciar à vida. Cf.: “As reações de Sontag a fotografias e metáforas, assim como as de Balzac, seriam altamente emocionais. Ler suas investigações sobre esses temas é se perguntar por que questões sobre a metáfora – a relação entre uma coisa e seu símbolo – tinham para ela uma importância tão visceral, por que a metáfora a preocupava tanto. Como a relação aparentemente abstrata entre epistemologia e ontologia acabou se tornando, para ela, uma questão de vida e morte? ‘*Je rêve donc je suis*’. Essa paráfrase de Descartes (‘Sonho, logo existo’) é a primeira frase do primeiro romance de Sontag. Como frase de abertura, e a única numa língua estrangeira, ela se destaca por ser uma abertura estranha para um livro estranho. O protagonista renunciou a todas as ambições normais – família e amizade, sexo e amor, dinheiro e carreira – para se dedicar a seus sonhos. Só seus sonhos são reais, mas ele é decisivamente contra a interpretação. E a rejeição de Sontag à ‘mera psicologia’ é uma recusa das questões da conexão entre substância e estilo e, por analogia, da conexão entre corpo e mente – coisa e imagem – realidade e sonho – que ela mais tarde exploraria com tanto proveito. Em vez disso, desde o começo de sua carreira, ela alega que o sonho em si é a única realidade. Nós somos nossos sonhos, como ela diz em sua primeiríssima frase: nosso imaginário, nossa mente, nossas metáforas” (MOSER, 2019, s.p.).

A relação entre ontologia e epistemologia na investigação de Sontag sobre as metáforas da doença recebe do seu romance o exemplo da dificuldade de pensar tal relação fora da obra de ficção. Na sua crítica às metáforas da doença – no seu esforço pragmático de demitizá-las – é o efeito da metáforas no mundo dos doentes que causa dano. Na sua obra de literatura, a crença nos sonhos resulta na tragédia dos personagens. As confissões de seus personagens são aceitáveis para julgar a escritora? A obra de ficção é singular para pensar a relação entre ontologia e epistemologia – e poder dizer sobre personagens de ficção que o mundo pode “não importar” para eles reforça tal singularidade.

O Benfeitor, o livro de estreia de Susan Sontag, expõe a relação entre a crença no real e no irreal a partir dos sonhos. Ela reforça a relevância dos sonhos porque eles não são reais.¹⁸ O que a obra de ficção parece não ultrapassar é a distinção entre agir sobre o real e ser real. Para nós, não está em questão a qualidade literária do livro de Sontag, mas de que forma o procedimento do personagem Hippolyte de usar sua vida para interpretar seus sonhos instrui a compreensão da relação entre epistemologia e ontologia fora da ficção. Assim como não está em questão o significado ou a determinação de sentido que seu entendimento da metáfora teria para a sua vida – algo central para o biógrafo. Moser avança, porém, uma questão relevante. No ensaio sobre aids, Sontag relaciona a metáfora à interpretação, que é impossível pensar sem metáforas do mesmo modo que “[...] pensar é sempre interpretar. O que não impede que às vezes devamos ser ‘contra’ a interpretação” (1989, p. 5). Lemos que o seu objetivo é “[...] aplicar a estratégia de ser ‘contra a interpretação’ ao mundo real” (1989, p. 14).

¹⁸ Por interessante que seja o recurso à teoria dos sonhos de Freud, podemos extrair muito da analogia entre o trabalho do sonho e a obra de arte, dificilmente pode-se extrair uma ontologia do sonho. O biógrafo de Sontag insiste na leitura psicanalítica da novela para reforçar sua afirmação que Sontag é autora de *The mind of the moralist*, livro publicado pelo seu marido na época, Philip Rieff. Cf.: “Sontag reverteu de modo tão deliberado a ordem normal – no qual as experiências da vigília são tidas como mais importantes que as vivenciadas em sonhos – que o mundo ‘real’ praticamente não importa. [...] As origens freudianas da inversão entre sonho e realidade operada por Sontag são evidentes. Foi ele que situou o sonho no centro de sua visão de mundo – ele que afirmou sua realidade —, ele que propôs uma chave para a sua interpretação. Em *O benfeitor*, Sontag se confronta com a questão de até que ponto é possível ficar ‘contra a interpretação’. Se a visão freudiana podia levar a exageros facilmente ridicularizáveis, suas ideias sobre mente e corpo, linguagem e objeto, sonho e realidade, revelavam verdades perturbadoras demais para ser sumariamente descartadas. Várias ideias de *The mind of the moralist* anunciam os alicerces teóricos de *O benfeitor*” (MOSER, 2019, Capítulo 13, s.p.).

Moser aborda uma relação entre o ensaio “Contra a interpretação”, escrito na época da novela, e os ensaios sobre a doença. Ele aborda a relação entre o fenômeno estético, que é a metáfora, e a realidade que existe para além dele.¹⁹ Sontag critica, no ensaio contra a interpretação, os efeitos das metáforas na nossa experiência da arte. A questão da irrealidade dessa experiência seria o tema do ensaio. Moser afirma na sua introdução: “Sontag dedicou tanto da sua vida à ‘interpretação’ que é difícil saber até que ponto ela acreditava nisso. Seria o mundo todo um palco, e a vida não mais do que um sonho?” (2019, s.p.). Talvez só ao biógrafo interesse saber, ou defender, que a tensão entre irreal e real “lhe forneceu o grande tema da sua vida”, mas quem se interessa pela interpretação deve encarar essa tensão.²⁰

A relação entre ontologia e epistemologia em Sontag pode ser interpretada do seguinte modo: na crítica à metaforização da doença é clara a distinção entre acreditar que as metáforas criam os dados clínicos – ela é explícita: não está afirmando isso – e saber que as metáforas interferem na vida dos doentes. A questão é de ordem pragmática. Sontag criticava o uso de metáforas na época inicial da epidemia de aids, antes dos dados serem provados, mas isso não a impediu de mostrar que certas metáforas reforçam uma interpretação prévia. Tal postura crítica, socialmente engajada, é reforçada em retrospecto pela sua novela de 1963, sua obra literária serve para ilustrar o risco de confundir realidade e sonho. Ao mesmo tempo, ela aponta o limite de análises que confundem os discursos sobre os quais as metáforas exercem influência. Nesse sentido, a obra literária e a obra filosófica de Sontag complementam-se no alerta sobre a responsabilidade no uso de metáforas. Ela mostra que teorias da metáfora devem manter o gesto de adap-

¹⁹ Ele aborda também a mudança na compreensão da ensaísta da necessidade de metáforas em situações extremas: “‘*Je rêve donc je suis*’ não era, na época em que ela chegou a Sarajevo, um chavão decadente” (2019, s.p.). Para ele, era o reconhecimento “[...] de que a metáfora podia tornar a realidade visível àqueles que não podiam vê-la por conta própria” (*Ibid.*).

²⁰ É assim que Moser conclui o seu livro, no epílogo “O corpo e suas metáforas”: “A relação da linguagem com a realidade era seu tema. Nem a linguagem nem a realidade é estável, e, num século notoriamente turbulento, nenhum escritor refletiu tão bem quanto Sontag a instabilidade de ambas. [...] Aristóteles havia escrito que ‘a metáfora consiste em dar à coisa um nome que pertence a outra’; e Sontag mostrou como a metáfora formava, e em seguida deformava, o eu; como a linguagem podia confortar e ao mesmo tempo ser obscena; por que mesmo um grande intérprete deve ser contra a interpretação. E alertou contra as mistificações de fotografias e retratos: inclusive os dos biógrafos” (2019, s.p.).

tar-se às simplificações e complexidades do seu objeto, como Aristóteles pensava o poder da metáfora na poética e na retórica.

Na hermenêutica de Ricœur a relação entre ontologia e epistemologia é uma questão difícil. Ela diz respeito à sua leitura da tradição hermenêutica (há uma crítica à subordinação da epistemologia à ontologia na filosofia de Heidegger) e à pretensão de manter a questão da ontologia aberta. Seu artigo “Existence et herméneutique”, forneceu uma imagem que nos ajuda a pensar a questão: “Assim, a ontologia é bem a terra prometida para uma filosofia que começa pela linguagem e pela reflexão; mas, como Moisés, o sujeito que fala e que reflete pode percebê-la somente antes de morrer” (2013, p. 50). Ela nos ajuda a pensar o lugar da ontologia para uma hermenêutica crítica.

A necessidade de articular o discurso poético com outros discursos – seja o científico ou o especulativo – acarreta no desafio de ordenar o dinamismo do enunciado metafórico e exige a tarefa de articular esse dinamismo e a instância crítica a partir da linguagem. A teoria da metáfora de Ricœur envolve a experiência de pertencimento e de distanciação que configuram a aposta na tarefa hermenêutica de interpretação. Para sustentar essa instância crítica, a tarefa seria realizada a partir do procedimento de manter a ontologia como horizonte, conforme sugere a metáfora da “terra prometida”. Imagem associável ao percurso da “via longa” da compreensão e oposta à “via curta” da filosofia heideggeriana.²¹

5. Conclusão

A hermenêutica mesmo quando é pensada “contra” a interpretação é teoria da interpretação.²² Também é raro pensá-la “contra” a ontologia, mas

²¹ A hermenêutica de Paul Ricœur oscila entre uma “via curta” identificada com a defesa da anterioridade da pré-compreensão sobre a reflexão e uma “via longa” identificada com a sua retomada da função da explicação para o compreender segundo o desvio pelas obras. A “via longa” enfatiza a possibilidade dessa hermenêutica ser crítica, inclusive em relação à manipulabilidade da linguagem – ela recai sobre a diferença entre prover o enraizamento da compreensão no seu modo existencial e desviar-se pelas obras de cultura para fornecer a explicação da experiência de compreensão. Analisei o “conflito das interpretações”, nessa perspectiva de conflito entre duas vias, no terceiro capítulo de minha tese de doutorado (Sanfelice, 2021, p. 54).

²² Sontag é “contra” determinada noção de interpretação, a que busca o significado “atrás” do texto, próxima da noção que Ricœur considera infrutífera quando comparada à busca do

aqui é questionável se a pretensão de dizer o “ser” da linguagem seja o destino dessa teoria ou dessa tradição. Pode ser o destino que chegaremos no final da tarefa da interpretação, após o “conflito de interpretações”. Essa famosa expressão de Ricœur pede outra imagem, ou metáfora, e que ele de fato forneceu para a tradição hermenêutica. É a imagem do *front* de batalha. Se o termo “fronteira” diz respeito à conotação política de acordo, o *front* sugere uma situação não pacificada, confronto que permitiria expandir o domínio da interpretação. A partir dessa imagem pode-se entender que a hermenêutica possui fronteiras de interpretação e que afirmar a unidade entre ser e linguagem é participar do conflito das interpretações, é tomar posição num *front*.²³

À despeito de sua conotação belicista, a imagem remete o *front* hermenêutico ao conflito de interpretações afirmado por Ricœur. É um destino possível para uma hermenêutica que reflete sobre seu *status* epistemológico e crítico – além de refletir sobre o poder e uso de metáforas. As imagens do “*front*” e da “terra prometida” complementam-se na investigação dos limites da “via curta” e da “via longa” da hermenêutica. Indicam a necessidade de reconhecer o lugar da instância crítica para a reflexão sobre a mediação linguageira.

A “contra hermenêutica” de Sontag pode instruir as teorias da interpretação com sua estratégia para desarmar usos nocivos da metaforicidade partindo da concepção mínima de metáfora. Ela fornece indícios do prejuízo que significa abdicar de “disputas pela retórica”. A questão é interpretar metáforas estando ciente de que manipulamos metáforas. Do mesmo modo, a

significado “diante” do texto. A referência de Sontag a autores que Ricœur denominou de os “mestres da suspeita” ajuda a ver a proximidade. Cf.: “O estilo antigo de interpretação era insistente, mas respeitoso; ele criava outro significado em cima do literal. O estilo moderno de interpretação escava e, à medida que escava, destrói; escava ‘atrás’ do texto para encontrar um subtexto que seja o verdadeiro. [...] Segundo Marx e Freud, esses eventos [ex.: sonhos] apenas *parecem* inteligíveis. Na verdade, eles não têm significado sem uma interpretação. Compreender é interpretar. E interpretar é reafirmar o fenômeno, de fato, encontrar um equivalente para ele. Assim, a interpretação não é (como a maioria das pessoas assume) um valor absoluto, um gesto da mente situado em algum reino atemporal de capacidades. A própria interpretação deve ser avaliada, dentro de uma visão histórica da consciência humana. Em alguns contextos culturais, a interpretação é um ato libertador. É um meio de revisar, de transvalorizar, de escapar do passado morto. Em outros contextos culturais, é reacionária, impertinente, covarde, sufocante” (1987, pp. 15-16 [ênfases da autora/tradução alterada]).

²³ Esse termo aparece na obra de Ricœur diversas vezes. Atualmente, nesse tipo de pesquisa, o site <https://digitalricoeur.org> é um recurso valioso que permite pesquisar as ocorrências dos termos utilizados por ele.

teoria de Sontag, apesar do seu famoso ensaio intitulado “Against interpretation”, não é “anti-hermenêutica”. Ela critica um tipo de interpretação cujo efeito prejudicial é o de reduzir a experiência da arte à extração do significado da obra. Segundo ela, isso seria “domesticar” a obra a partir do pressuposto que a interpretação do seu conteúdo, ignorando suas formas, é o destino último dessa experiência. Sontag afirma que o objetivo da análise da arte deve ser “[...] tornar as obras de arte – e, por analogia, nossa própria experiência – mais e não menos reais para nós” (1987, p. 23). A crítica que ela traz para a noção de interpretação é esta: interpretação não é um elemento inquestionável. Sontag convida os que são a favor da interpretação a justificarem suas escolhas e assim melhorar o método hermenêutico.

O ensaio de Sontag sobre a interpretação defende a necessidade de recuperar a “superfície sensual” das metáforas para nossa experiência da arte. Mas esse objetivo dificilmente será alcançável fora de uma hermenêutica, mesmo que denominemos ela de uma “erótica”. A interpretação parece mesmo pressupor uma experiência de compreensão que inclui seu aspecto sensorial. Do ponto de vista hermenêutico, a recuperação dos nossos sentidos, um dos objetivos de Sontag, ajuda na pretensão de tornar obras de arte “mais e não menos reais para nós” apenas quando interpretamos e explicamos o que metáforas e obras de arte significam.

Pressupor uma ligação inquestionada entre ontologia e epistemologia a partir da metaforicidade também é participar do conflito das interpretações, é tomar posição num *front*. Procuramos expor essas tomadas de posição na defesa do discurso poético realizada por Ricœur em sua teoria da metáfora e na crítica de Sontag ao uso de metáforas na descrição de patologias. Porém, na obra de ficção que a ligação ontologia-epistemologia é apresentada em benefício da experiência do leitor – como Sontag exemplifica na sua literatura. Não se trata apenas da distinção entre agir sobre o real e ser real, obrigação das teorias da metáfora, está em questão a crítica da tentativa de ultrapassá-la. A ficção é crítica na instrução sobre a ligação entre ontologia e epistemologia fora da ficção; a filosofia na instrução sobre o uso de metáforas e os seus efeitos fora da filosofia. Algo é revelado por meio desses “foras” (da ficção, da filosofia): a dificuldade de pensar a relação entre filosofia e ficção em todo discurso construído a partir das metáforas. É a di-

ficuldade que Rachel Fraser torna visível ao expor o caráter plástico e fantasioso da linguagem, sendo infrutífero o desejo de excluir o recurso à imaginação. Isso serviu à sua análise do uso político da COVID-19 – a versão apocalíptica das crenças políticas. E serviu para analisarmos o desejo de controlar os usos da linguagem sem incorporar a perspectiva de excluir a metaforicidade dos discursos.

Recebido em 11/07/2021

Aprovado em 19/09/2022

REFERÊNCIAS

ABEL, Olivier. “La différence entre le normal et le pathologique comme source de respect”. In: *Actes du XIème colloque* de la Fondation J. Bost. Dordogne: La Force, 2000, p. 15-22. Disponível em: <http://olivierabel.fr/ethique-et-politique/la-difference-entre-normal-et-pathologique-source-de-respect.php>. Acesso em: 19 maio 2021.

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Jr., Paulo Farmhouse Alberto, e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

FRASER, Rachel Elizabeth. “Illness as Fantasy”. *The Point*, 22, Summer, 2020. Disponível em: <https://thepointmag.com/criticism/illness-as-fantasy/>. Acesso em: 19 maio 2021.

FRASER, Rachel Elizabeth. “The Ethics of Metaphor”. *Ethics*, 128, 2018, p. 728–755.

FRICKER, Miranda. *Epistemic injustice. Power & the Ethics of Knowing*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HARDWICK, Elizabeth. *Susan Sontag Reader*. New York: Farrar, Straus and Company, 1982. Primeira edição do E-book: Agosto 2014.

MOSER, Benjamin. *Sontag: vida e obra*. Tradução de José Geraldo Couto São Paulo: Companhia das letras, 2019 (EPUB).

RICŒUR, Paul. “Existence et herméneutique”, In: RICŒUR, Paul. *Le conflit des interprétations*. Paris: Éditions du Seuil, 1969, p. 7-28.

RICŒUR, Paul. *La Métaphore Vive*. Paris: Éditions du Seuil, 1975a.

RICŒUR, Paul. “Parole et symbole”. *Revue des Sciences Religieuses*, v. 49, n. 1-2, 1975b, p.142-161.

RICŒUR, Paul. “Puissance de la parole: science et poésie. In: BRODEUR, J.-P. e NADEAU, R. (eds.). *La philosophie et les saviors*. Montréal-Paris-Tournai: Bellarmin-Desclée, 1975c, p. 159-177.

RICŒUR, Paul. *Lectures on ideology and utopia*. New York: Columbia University Press, 1986a.

RICŒUR, Paul. *Du texte à l'action: essais d'herméneutique II*. Paris: Seuil, 1986b.

RICŒUR, Paul. *Do texto a acção: ensaios de hermenêutica II*. Trad. Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: RÉ-S-Editora, 1989.

RICŒUR, Paul. “Word, polysemy, metaphor: creativity in language”. In: VALDES, Mario J. (ed.). *A Ricœur Reader: reflection and imagination*. Toronto: University of Toronto Press, 1991, p. 65-85.

RICŒUR, Paul. *A metáfora viva*. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANFELICE, Vinicius Oliveira. *Metaforicidade e figuração estética em Paul Ricœur*. 2021. 286 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SONTAG, Susan. *The Benefactor*. New York: Farrar, Straus and Company, 1963.

SONTAG, Susan. *Against Interpretation and Other Essays*. New York: FS&G, 1966.

SONTAG, Susan. *Illness as Metaphor*. New York: FS&G; Toronto: McGraw-Hill Ryerson, 1978.

SONTAG, Susan. *Contra a interpretação*. Tradução de Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1987.

SONTAG, Susan. *AIDS and Its Metaphors*. New York: FS&G; Toronto: Collins Publishers, 1989.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora/Aids e suas metáforas*. Tradução Paulo Henriques Britto e Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

TAYLOR, George H. Taylor; NASCIMENTO, Fernando do. “Digital Ricœur”. *Études Ricœuriennes/Ricœur Studies*, vol. 7, n. 2, 2016, p. 124-145.



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).